



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VI (2005)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Ilustração e patronagem. Estratégias de ascensão social no Império português

Ronald Raminelli 

Como Citar | How to Cite

Raminelli, Ronald. 2005. «Ilustração e patronagem. Estratégias de ascensão social no Império português». *Anais de História de Além-Mar* VI: 297-325. <https://doi.org/10.57759/aham2005.37754>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2005. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2005. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ILUSTRAÇÃO E PATRONAGEM

ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

por
RONALD RAMINELLI *

1. Patronagem no Antigo Regime

A recente historiografia sobre viagens e história natural promoveu um salto significativo ao vincular a produção do saber às tramas do poder. Esses estudos destacam a inserção dos naturalistas na sociedade do Antigo Regime, na «ambivalência de interesses» própria do Estado Moderno, como definiu Norbert Elias. O cientista, portanto, não exercia suas funções a parte dos interesses políticos e estratégicos das metrópoles européias. Para alcançar mercês, ele deveria obedecer a uma etiqueta e se comportar segundo os interesses dos grupos que detinham o controle sobre os recursos materiais. Assim como ocupavam cargos de destaque na burocracia metropolitana, esses letrados, por vezes, desempenham funções no ultramar, seja como viajante, seja como burocrata, obedecendo aos interesses colonialistas do Estado.

Partindo da taxonomia de Lineu, naturalistas e artistas viajantes promoveram um extraordinário inventário do mundo. As viagens de Cook, Lapérouse e Humboldt coletaram espécies, traçaram rotas, descreveram, pintaram povos e paisagens, buscando comparar e classificar as experiências acumuladas durante as viagens. As metrópoles européias, particularmente França e Inglaterra, reuniam informações indispensáveis ao fortalecimento de suas economias. A natureza era, portanto, concebida como meio de fortalecer a pátria, munindo-a de recursos naturais inexistentes nas plagas setentrionais. A coleta de espécies vegetais e a sua aclimação tornaram-se um desafio, meta almejada por Estados dependentes da importação de alimentos e matérias-primas, como a Suécia gelada de Lineu. Os naturalistas indicavam uma solução científica para um problema político, originado das balanças comerciais desfavoráveis¹. Para acumular conhecimento reco-

* Universidade Federal Fluminense – Brasil.

¹ Lisbet Koerner. *Linnaeus; nature and nation*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1999.

lhidos na natureza, os europeus contavam ainda com o saber dos nativos, dos povos visitados durante a viagem, saber reunido e sistematizado nas metrópoles em forma de coleções de espécies, diários, memórias, pranchas e vistas². Esses dados eram indispensáveis ao governo à distância e à consolidação das tramas imperiais.

Nesse sentido, tornam-se evidentes as estreitas relações entre império e conhecimento, pois a ciência se fazia em nome do fortalecimento econômico e político das metrópoles, em uma época de intensa rivalidade entre os Estados europeus³. Para além dos interesses mercantilistas, portanto, os viajantes, naturalistas e administradores coloniais estavam inseridos em uma intrincada rede de poder que, por vezes, incentivavam determinados estudos, em detrimento dos demais. A mando estatal, os naturalistas realizavam longas temporadas em mares e em localidades remotas e, certamente, esperavam recompensadas em forma de privilégios e cargos metropolitanos. Essas mercês garantiam o bem-estar dos naturalistas e dos administradores coloniais depois de retornar à Europa. A obediência aos preceitos estatais era condição indispensável para continuar as pesquisas ou para subir os degraus na escala social.

Em Paris, berço do radicalismo das luzes, pensões, gratificações e estipêndios eram o ganha pão de muitos literatos até os conturbados anos da Revolução. Longe do mercado e dependentes da proteção estatal, os literatos recorriam às sinecuras, por certo para compensar a incapacidade de se manter ou para contornar insucessos editoriais. De fato, os jovens escritores, sob à benção dos poderosos, pouco escreviam ou nada capaz de atormentar o regime. Para tanto, recebiam suas recompensas e pleiteavam somas cada vez mais altas para calar o radicalismo herdado de velhos filósofos. Integravam-se a ambientes freqüentados por ricos patrocinadores e cortesãos, *gens du monde* em busca de entretenimento e instrução. Na alta sociedade, os ilustrados, *gens des lettres*, recebiam como recompensa refinamento e posição social. O requinte aristocrático promoveu a transição entre os tempos heróicos de crítica aos privilégios e o iluminismo domesticado, anestesiado por regalias proporcionadas pelo Estado⁴. Se, em princípio, a república das letras recorria à moral civil para exercer pressão sobre o público, os iluministas tardios reforçavam as leis do Estado, em detrimento da legislação moral própria da crítica. Mas os literatos não eram os únicos a estabelecer esses vínculos de dependência.

² Bruno Latour. *Ciência em Ação*. (trad.) São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

³ Bons exemplos de estudos sobre os vínculos entre Estado e Ciência no setecentos são os de Richard Drayton. Knowledge and Empire in: P. J. Marshall (ed.) *The Oxford History of the British Empire; Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 231-252. *Nature's government; Science, Imperial Britain and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

⁴ Robert Darnton. *Boemia Literária e Revolução*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 13-26; Reinhart Koselleck. *Crítica e crise*. (trad.) Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 54-55.

Os naturalistas tornaram-se indispensáveis aos empreendimentos estatais, seja no conhecimento de plantas e animais para montar coleções e museus, seja na política de diversificação das lavouras ou no aumento da produtividade agrícola. Desde meados do setecentos, a coroa francesa reconhecia a História Natural como principal função do Jardin des Plantes. Para comandar a instituição real, indicou especialistas e formou uma pequena sociedade sustentada pela patronagem régia. As expedições, as coleções e as publicações eram de responsabilidade estatal, tornando o Jardim parte da estrutura de patronagem da sociedade francesa setecentista. Nesse microcosmos, contava não apenas o saber botânico, mas o sucesso das publicações, a divulgação pública de seus resultados, e o estreito relacionamento com o *grand monde*. Tais ingredientes tornavam-se imprescindíveis para pleitos e ganhos. Os sábios disputavam as benesses, almejavam postos e rendas, que atuavam como propulsores de sua ascensão social. Os privilégios provocavam disputas e sobretudo frustrações para os indivíduos que não controlavam o intrincado jogo da patronagem. Conforme estudo de Emma Spary, o «sistema de patronagem» (*patronage system*) apoiava e financiava determinados naturalistas e ramos do saber, por certo, mais adequados à política de fortalecimento dos recursos disponibilizados pelo Estado⁵. Assim como em Portugal, esse jogo viabilizava absorção desses sábios às tramas do poder central, tornando-os agentes do Estado ao invés de críticos e oponentes do sistema.

No império luso, a produção de conhecimento sobre o mundo natural era dependente da ação estatal. A patronagem régia setecentista investia inicialmente na formação de quadros, preparavam os profissionais em Coimbra e inseriam os doutores na administração colonial e depois metropolitana. Ao servir ao Estado, os homens de letras, naturalistas sobretudo, solicitavam a contrapartida, as benesses que atuavam como recompensas. Tornavam-se, por conseguinte, dependentes das mercês oferecidas pela liberalidade monárquica. Os vínculos traduziam-se na acumulação de cargos na administração, tenças e hábitos, privilégios que os aproximavam, sem os confundir, dos cortesãos de primeira grandeza. Para desfrutar de regalias próprias de um bacharel da Universidade de Coimbra, eles precisavam do amparo estatal, da benevolência das autoridades, sobretudo do monarca, pois como naturalistas e letrados não dispunham de meios para sobreviver. Eram lacaios de reis e secretários, indiferentes ao radicalismo da crítica ilustrada, atuavam como homens das luzes sem o afã de alterar a arquitetura do poder. O conhecimento não promovia a reforma da sociedade de privilégios, ao contrário, o saber era moeda de troca para ascensão social, para reunir privilégios e consolidar as distinções sociais. Os letrados fortaleciam as malhas da centralidade estatal, disponibilizavam subsídios ao governo à distância, consolidavam enfim os tentáculos do Leviatã que se prolongavam desde o coração do reino aos mais distantes rincões do império. Mesmo no

⁵ Emma Spary. *Utopia's Garden*. Chicago: Chicago University Press, 2000.

sertão africano, os bacharéis de Coimbra não esqueciam a etiqueta, escreviam aos secretários para informar-lhes da expedição e para tornar viva a memória de seus serviços como fiel vassalo. Esse circuito de prestação de serviço e solicitação de recompensa era recorrente em terras portuguesas e ultramarinas. Viver da filosofia ou da história natural pressupunha a patronagem de um nobre ou de um cargo na burocracia estatal.

Em terras lusas, História Natural não era, porém, exclusividade de naturalistas egressos de disciplinas de Filosofia Natural ministrado na Universidade de Coimbra, nem de funcionário do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, nem mesmo do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Fruto de verdadeira febre setecentista, a botânica ganhou adeptos por toda parte. Naturalistas ou curiosos coletavam espécies e enviavam-nas às instituições científicas do reino. O mestre Domenico Vandelli se correspondia com Lineu em Stockholm e com Joseph Banks em Londres, mas também contava com serviços preciosos de correspondentes em vários pontos do império. O secretário Martinho de Melo e Castro escreveu, por diversas vezes, aos governadores e vice-reis para solicitar o envio de aves e plantas para o Museu da rainha. Esses canais não funcionavam apenas com o apoio da alta administração colonial. Juizes de fora, catedrático de língua, médicos e soldados também coletavam espécies, redigiam memórias e informavam ao Estado como fizeram Gabriel Soares de Sousa e Bento Maciel Parente nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Apesar de não contar com a patronagem régia para produzir memórias, eles desejavam se vincular aos poderosos e, para tanto, solicitavam recompensas pelos serviços prestados.

No setecentos consolidaram-se dois tipos de produtores de conhecimento sobre o mundo colonial. Tema desse artigo, o primeiro era financiado pelo Estado e reunia naturalistas e matemáticos que percorriam o mundo colonial como funcionários da coroa. O segundo, em princípio, não recebia financiamento do Estado, exerciam outros ofícios e executavam serviços como naturalista. Formava, portanto, grupo heterogêneo, composto por profissionais de diferentes matizes. Localizados em partes remotas do império, eles se inseriam aos Museus de História Natural, à Academia das Ciências de Lisboa, ao secretário Melo e Castro, aos governadores das capitanias ou a Domenico Vandelli para enviar remessas, compor e publicar memórias que eram dedicadas ao monarca ou às autoridades metropolitanas. Se a inserção era distinta, esses homens tornavam-se unívocos quando empregavam saber como patrimônio, como serviço prestado, nas negociações com a burocracia. Os afazeres de um naturalista poderiam, mais tarde, render cargos no governo local, nos Tribunais da Relação do Porto ou Rio de Janeiro, hábitos de cavalheiro ou ainda obter a honra de ser sócio ou correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. O jogo da patronagem poderia, enfim, resultar em um futuro tranqüilo ou mesmo na ascensão social, capaz de tornar um filho de mercador ou plantador de tabaco em «nobreza da terra» nas vilas e cidades do mundo colonial. Para além do título de bacharel, eles

ainda recebiam o de cavaleiro ou de desembargador do Tribunal da Relação, caso fossem magistrados. O saber, portanto, era parte de estratégias de mobilidade social nas várias sociedades do império colonial português.

2. Remessas para o Museu da Rainha

Desde o estabelecimento em Portugal, o naturalista paduano Domenico Vandelli reuniu esforços para formar o Museu de História Natural a partir de espécies provenientes do reino e das colônias. Em 1768, ele apareceu nomeado para conduzir as obras do Jardim Botânico da Ajuda e, por longos anos, manteve correspondência com vários naturalistas e jardins botânicos europeus, de onde recebia ou trocava espécies para ampliar o acervo. Com Vandelli, o museu poderia dispor de um naturalista-colecionador e professor de prestígio no circuito europeu. Além de lecionar na Universidade, tornou-se encarregado da fundação de um Museu de História Natural sustentado pelo erário público⁶. Tempos depois de estabelecido, ele escreveu memória dedicada ao museu, onde dissertou sobre sua importância na sociedade portuguesa. Considerou impossível visualizar todas as produções naturais do vasto império sem contar com um museu que atuava como um anfiteatro e reunia, em espaço limitado, peixes, vermes, sais, enxofre, pássaros, gomas, artefatos de povos e demais espécies dos três reinos da natureza. Quando bem constituído, o museu tornava-se um verdadeiro teatro da natureza ou um livro aberto, no qual «o observador se instruíra com prazer, e facilidade, a memória vem ajudada pelos olhos, se conserva atenção pelo prazer da vista». O caráter pedagógico da instituição foi muitas vezes ressaltado por Vandelli, pois ao ver as espécies os aprendizes facilmente nomeavam, faziam confrontos, investigavam as origens e usos na agricultura, artes, medicina e comércio. Contando com possessões na Ásia, África e América, Portugal merecia um «museu nacional» para promover o conhecimento dos produtos do reino e das conquistas⁷. A natureza mais desconhecida encontrava-se, porém, em terras americanas e africanas, de onde os viajantes naturalistas coletavam espécies e enviavam-nas ao museu em Lisboa.

Essas remessas originavam-se de intrincada relação entre o naturalista, o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e os governadores, entre poderes metropolitanos e coloniais. Para formar o museu da Rainha, o pedido de espécies partia do museu e atingia os altos escalões da burocracia estatal, ou melhor, o secretário. Depois atravessava o Atlântico e chegava às mãos do vice-rei ou governador. Por meio de ofícios, Martinho de Melo e Castro encarregavam-nos do comando de expedições ao território, da remessas de produtos naturais e escritos direcionados ao Gabinete de

⁶ João Carlos Brigola. *Coleção, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. pp. 101-108.

História Natural. Essa hierarquia determinava a subordinação do naturalista viajante aos poderes instituídos nas possessões ultramarinas, ou seja ao vice-rei ou governadores, que autorizavam as jornadas ao sertão e rios, viabilizaram canoas, mantimentos e índios para sustentar os empreendimentos científicos. O viajante ainda contava com valiosas informações disponibilizadas pelas câmaras municipais e paróquias. Ao longo da jornada ao mundo colonial, os naturalistas ainda podiam encontrar correspondentes da Academia das Ciências ou do próprio Vandelli que, por serem habituados aos temas da História Natural e ao envio de espécies a Lisboa, lhes forneciam memórias e pequenos escritos, indispensáveis a seus compêndios remetidos à secretaria e ao museu.

Indício da rica circulação de notícias está presente nas poucas cartas enviadas pelos correspondentes a Vandelli, ou melhor, poucas que restaram do incêndio no Arquivo Histórico do Museu Bocage. Nesse acervo, encontra-se o pedido do governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), para que Lourenço Belford realizasse descrição de vários vegetais, especialmente a «jalapa» e a «epicacoanha». Esse pedido, por certo, originou-se em Lisboa onde Vandelli coordenava equipe para criar coleções de História Natural. Anos depois, o paduano recebeu carta assinada por Lourenço Belford, morador da capitania de Mato Grosso e, por certo, bom conhecedor da botânica. Ao cumprir a tarefa, Belford dirigiu-se ao naturalista, não ao governador, e procurou explicar os entraves à sua execução. Depois de dissertar sobre as plantas do Ceará, Pernambuco e referir-se aos escritos de «Tournnefort, Lineu e Doblin», ele revelou que as plantas solicitadas não proliferavam nesse país. Mesmo assim, remetia outras espécies conforme a recomendação superior⁸.

Em janeiro de 1770, Vandelli recebeu correspondência semelhante do arquiteto bolonhês Antônio Landi, radicado no Pará, que se considerou incapaz de atender as solicitações do naturalista por estar ocupado com a construção do palácio do governo em Belém⁹. Como Landi era um bom desenhista, ele por certo lhe encomendou desenhos de espécies do Pará. Para o outro governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, fidalgo da Casa da Ínsua, o naturalista pediu espécies de borboletas, demanda que foi atendida em remessa enviada de Vila Bela. Cárceres escreveu carta a Vandelli e assumia o seu amor e curiosidade pela História Natural. Prometia ainda remeter produtos do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais para enriquecer o museu e o jardim botânico, sobretudo com amos-

⁷ Domenico Vandelli. Memória sobre a utilidade dos museus de História Natural (c. 1787). In: *Memórias de História Natural, Domingos Vandelli*. Introdução e coordenação de José Luís Cardoso. Porto: Porto Editora, 2003. pp. 59-65.

⁸ AHMB (Arquivo Histórico do Museu Bocage) – CN/B-91 Carta de Lourenço Belford a Domenico Vandelli. 27 de agosto de 177 (?).

⁹ AHMB CN/K-1 Carta de Antônio Landi a Domenico Vandelli. Pará, 20 de janeiro de 1770.

tras consideradas raras na Europa. «E me não descuidarei a enviar-lhe tudo que possa descobrir a minha diligência, para poder servir de emprego aos seus profundos Estudos da Natureza»¹⁰.

Da mesma época, um correspondente do Mato Grosso escreveu ao mestre Vandelli para enviar notícias, em forma de História Natural e espécies, provenientes tanto do Pará quanto do Rio de Janeiro. Mas esse fluxo, aos poucos, se extinguiu devido ao silêncio do mestre e da incerteza se as remessas teriam de fato alcançado as plagas portuguesas. Mesmo assim, enviou-lhe sementes de «jalapa», planta recomendada por Lineu, casca de uma planta natural da capitania, semelhante à quina e capaz de tirar «as sezões com felicidade», ou melhor, aplacar as febres. Para produzir ramalhetes, remeteu sementes de um tipo de tulipa, «planta de cebola», produtora de «uma flor bastante engraçada». Do forte de Bragança no Mato Grosso, Souza ainda se correspondia com a Província de Tucumã a procura da planta e semente do bálsamo do Peru¹¹. Um ano depois, o governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, o 1. Visconde Balsemão, escreveu ao mestre Vandelli de Vila Bela para suplicar proteção para retornar à Corte: «para que S. Majestade se digne a resgatar-me deste cruel clima»¹². Mesmo com a saúde abalada, ele se prontificava a enviar remessas ao museu, fazendo chegar à Ajuda uma longa lista de produtos¹³. Aos poucos, porém, perdeu o ímpeto de caçador de plantas e passou narrar as malogradas remessas. Desgostoso, ele enumerou o conturbado trânsito entre a capitania e Lisboa, sobretudo os trechos mais danosos, as cachoeiras, onde os caixotes e as frasqueiras deveriam ser descarregados, transportados por subidas acidentadas e, em seguida, novamente depositados nas canoas até a próxima queda d'água. Isso se repetia mais de 20 vezes durante a trajetória em direção ao mar. Por isso, as encomendas chegavam à Corte danificadas, ou completamente arruinadas. Remetidas em duplicatas, a coleção de serpentes e anfíbios nada contribuiu com o museu, pois nem um só frasco deixou de «ir quebrado e vazio»¹⁴.

Queixa semelhante enviou de Benguela, o naturalista Joaquim José da Silva ao escrever a Júlio Matiazzzi, jardineiro e administrador do Museu de História Natural d'Ajuda. Mesmo ao perder o companheiro de viagem e

¹⁰ AHMB CN/C – 112 Carta de Luiz Albuquerque de Melo e Cárceres a Domenico Vandelli, Vila Bela 27 de julho de 1773.

¹¹ AHMB CN/S – 55. Carta de Luiz Pinto de Souza a Domenico Vandelli. Forte de Bragança na capitania de Mato Grosso, 1 novembro de 1770. No documento não há menção, mas Luiz Pinto de Souza deve ser o mesmo governador do Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho.

¹² AHMB CN/B – 93. Carta de Luiz Pinto de Balsemão a Domenico Vandelli. Vila Bela, 1. de dezembro de 1771.

¹³ AHMB CN/B – 92. Carta de Luiz Pinto de Balsemão a Domenico Vandelli. Vila Bela, 8 de fevereiro de 1769.

¹⁴ AHMB CN/B – 93. Carta de Luiz Pinto a Domenico Vandelli. Vila Bela, 1. de dezembro de 1771.

sofrer com moléstias, Silva tentou reunir esforços e enviar as remessas, que não tinham, porém, o volume esperado e correspondente à rica natureza africana. Esse esforço não foi reconhecido pelo mestre Vandelli e demais autoridades lisboetas, que não comentavam sobre o material recebido. Se os produtos estavam ou não adequadamente embalados e preparados, o naturalista não sabia, mesmo assim continuavam a remeter espécies¹⁵. Em Barcelos, na capitania do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira também lamentou a falta de informação sobre os resultados da jornada. Depois de dois anos sem notícias, tinha dúvida se seus trabalhos tiveram a felicidade de chegar ao museu, «nem sequer tenho sabido, se lá tem chegado as produções remetidas. E esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penosíssimo trabalho, quando elas custam em observar, recolher, e preparar, sobreviverá a desgraça de chegarem mal acondicionadas»¹⁶. O esforço de coletar e embalar as espécies não era portanto devidamente valorizado, interrompendo o fluxo de informações em direção a Lisboa, devido ao descuido no armazenamento das espécies e memórias remetidas. Ao retornar à Corte, depois de quase dez anos, Ferreira teve a surpresa de encontrar as remessas em péssimo estado, com as etiquetas de identificação embaralhadas¹⁷.

Em Lisboa, à frente do museu, Vandelli deixou o jardineiro Júlio Mattiazzi que, além de receber as remessas e tentar ordená-las, passou também a apoiar seus discípulos no ultramar. Várias cartas enviadas das possessões portuguesas eram direcionadas a Mattiazzi, enquanto o professor e afamado naturalista envolvia-se em outras tarefas. Atuava na Universidade de Coimbra onde ministrava as novas cadeiras de História Natural e Química, além de estabelecer o museu, laboratório químico e jardim botânico. Na correspondência entre Vandelli, Visconde de Barbacena e Abade Correa da Serra ficam evidentes as inúmeras tarefas executadas para criar a Academia Real das Ciências de Lisboa¹⁸ e a impossibilidade de acompanhar os naturalistas em expedições filosóficas. Ao longo dos anos de 1780, Melo e Castro tornou-se cada vez mais presente no comando das equipes das viagens filosóficas. Era, portanto, recorrente o predomínio do secretário nos destinos das expedições. As remessas tentavam contentar suas diretrizes, deixando as de Vandelli em segundo plano.

O secretário Martinho de Melo e Castro atuou ativamente na formação do museu, seja na demanda de espécie, seja no controle dos percursos de viagens, tornando-se o maior promotor dos museus lisboeta e coimbrão. Com frequência solicitava aos governadores o envio de remessas de pássaros,

¹⁵ AHMB CN/S-22 Carta de Joaquim José da Silva a Julio Mattiazzi, Benguela, 24 de maio de 1787.

¹⁶ AHU – Rio Negro d. 455. Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira ao secretário Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 16 de novembro de 1786.

¹⁷ Essa é a explicação para o insucesso da viagem filosófica, ver: Carlos França. O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade Broteriana*, 1-2:65-123, 1922.

plantas e animais para enriquecer a coleção da rainha. Intervinha também nos rumos das expedições em território americano e africano, ao impor roteiros de viagens, investigações, desenhos, memórias e remessas. Ao comentar a intervenção do secretário nos assuntos do museu, Vandelli escreveu: «Dessa administração nunca me deu conta, porque o sobredito ministro tomou toda a si essa inspeção»¹⁹. A frase originou-se da negociação entre o secretário e o jardineiro Julio Mattiazzi em torno da fábrica de purificação de anil, e a conseqüente exclusão do paduano da empresa. A interferência, no entanto, ia muito além dos negócios com anil, pois Melo e Castro guiava os principais empreendimentos dedicados à História Natural executados no ultramar. Vandelli reconhecia o empenho do dito ministro para ampliar a coleção e enriquecer o museu de Sua Majestade: «Este Museu teve considerável aumento pelo cuidado e zelo do sobredito ministro, e principalmente com o que remeteram os quatro naturalistas meus discípulos, que por esse efeito de enriquecer o Museu, e fazer em conseqüência a história natural das colônias, Sua Majestade nelas viajar»²⁰.

No ultramar, os naturalistas consideravam o secretário com enorme respeito e, por vezes, temiam suas atitudes e repreensões. Angelo Donati, riscador da expedição a Angola, denominou a perseguição do secretário de «ingiusta vendetta»²¹, mas o italiano não era o único a enfrentar a «malignità» de Melo e Castro. Depois de desobedecer as suas ordens e deixar Goa antes de terminar o serviço requisitado, o naturalista Manuel Galvão da Silva escrevia a Lisboa para tentar reatar os laços com o poderoso secretário. Além de prometer-lhe o cavalo marinho e o peixe mulher solicitados, indagava a Julio Mattiazzi se «Ex. Sr. Martinho se tem agradado da remessa das amostras das minas que tenha recebido, e se o Ex. Sr. Vandelli e Vmcê as acham boas. Falem-me com sinceridade como lhe merece...»²². A raridade dos contatos entre naturalistas e funcionários do museu lisboeta deixava-os inseguros, sobretudo Galvão que procurava atenuar a desobediência às diretrizes do secretário.

As viagens filosóficas não eram, porém, a única fonte de espécies. O secretário tratou de convocar as autoridades coloniais para enriquecer a real coleção e, por meio dos governadores, reuniu durante muitos anos espé-

¹⁸ Coleção de cartas do Ex. Sr. Visconde de Barbacena e Sr. Abade Correa da Serra dirigidas ao Sr. Domingos Vandelli.: *Para a História das Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1927.

¹⁹ Domenico Vandelli. Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, ... p. 52.

²⁰ Domenico Vandelli. Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e casa do Risco. In: *Memórias de História Natural...*, pp. 51-53.

²¹ AHMB CN/D – 6 Carta de Angelo Donati a Júlio Mattiazzi. Moçambique, 10 de setembro de 1783.

²² AHMB CN/S-31 Carta de Manuel Galvão da Silva a Julio Mattiazzi, Moçambique, 28 de agosto de 1790.

cies as mais exóticas, provenientes dos quatro partes do império. Em princípio, o pedido de Melo e Castro deveria ser rapidamente atendido, mas nem sempre os governadores perceberam que os produtos naturais poderiam tornar-se um importante ingrediente do sistema de patronagem, um dom nas trocas de serviços e mercê travadas no vasto território imperial. Para uns poucos governadores, a História Natural tornou-se, então, motivo para se aproximar do poderoso secretário e esteve presente em vários ofícios remetidos das capitanias americanas à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

Antes, porém, no tempo do secretário Francisco Xavier Mendonça Furtado, os governadores enviaram imensas remessas de pássaros, sem mencionar a coleção a qual estavam destinadas. Das capitanias de Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro, as aves foram enviadas desde os primeiros anos da década de 1760. Anos após a criação do Museu de História Natural, em 1768, intensificam os pedidos e sobretudo as remessas. Entre 1773 e 1775, o envio de pássaros para Lisboa teve aumento notável. Se no ano anterior, houve apenas uma remessa, em 1773 ocorreram dez que partiram de Pernambuco e Pará; em 1774, 8; 1775, 8 provenientes das mencionadas capitanias somadas ao Rio de Janeiro. Com a queda do marquês de Pombal este volume sofreu uma brutal redução e as remessas passaram de uma a três anuais. De forma notável, a capitania de Pernambuco tornou-se o celeiro de aves para coleção do real museu, pois entre 1762 e 1788, formaram-se cerca de 40 remessas de pássaros endereçadas ora apenas à Secretaria, ora ao mencionado museu, ora às Quintas Reais de Belém. Para as capitanias de Rio Negro, Ceará, Paraíba, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande de São Pedro, os números eram muito menores²³.

As remessas de aves e animais enviadas por diversos governadores de Pernambuco eram notáveis. O volume de espécies não constitui a única surpresa de nossa pesquisa, mas a procedência de muitos animais enviados a Lisboa. Os animais originavam-se tanto do sertão americano quanto das terras de Angola e Costa da Mina. De Angola, desde 1763, antes mesmo dos pedidos de Melo e Castro, chegavam carregamentos de escravo e pássaros exóticos. Não escapou ao governador de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763) o envio de oferta ainda mais inusitada, pois remeteu a Lisboa, na charrua São José, um elefante, pássaros e galinhas provenientes de Angola²⁴.

Em julho de 1773, o governador Manoel da Cunha Meneses (1769-1774) escreveu a Melo e Castro para informar da chegada de um «Passaro exquisto» proveniente da Costa da Mina e embarcado na corveta da Companhia

²³ Estudo quantitativo realizada junto à documentação do AHU – Documentos Avulsos das capitanias do Rio Negro, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande.

²⁴ AHU Pernambuco. d. 7758. Ofício do governador Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário Francisco Xavier Mendonça Furtado. Recife, 16 de abril de 1763.

Geral do Comércio. A ave era «semelhante a uma Ema, porém diferente na cor das penas, porque são pretas, e na cabeça, que tendo olhos encarnados, se coroa nela de uns penachos cor de ouro, que o fazem sumamente agradável e raro, circunstâncias pelas quais me pareceu digno da Real Presença de S. Majestade de que seja apresentado...»²⁵. Desde de 1759, com a criação da Companhia do Comércio de Pernambuco e Paraíba, estreitavam os vínculos entre a África e Pernambuco devido ao tráfico de escravos para a lavoura canavieira. O governador sabia certamente da existência do museu, mas sem mencionar o destino da ave, presenteou o rei com ave exótica como forma de prestar vassalagem. Para tanto, recorreu ao secretário como intermediário, pois era ele o responsável por mobilizar os governadores a enviar espécies raras para o acervo. De todo modo, o presente esquisito era para o monarca e não constituía diretamente uma doação ao museu.

Em abril de 1774, Melo e Castro escreveu ao governador de Pernambuco e solicitou o envio de pássaros e participou-lhe que era «Sua Majestade servida que pelas Embarcações que forem desta Capitania» mandasse o governador todas as qualidades de pássaros que nela houver e entregar na Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos. Cunha Meneses logo mandou executar a Real Ordem em várias remessas entre 1773 e 1774, sempre recomendando ao mestre da embarcação bom tratamento aos pássaros²⁶. Entre 1775 e 1776, o seu sucessor, o governador José César de Meneses (1774-1787), procurou cumprir o pedido do secretário e continuou a remeter pássaros e animais²⁷. O interesse de satisfazer os desígnios reais era evidente, mas arrefeceu quando da queda do marquês de Pombal, para retomar o fôlego no final da década de 1780 com o governador D. Tomás José de Melo (1787-1798).

Esse governo estabeleceu feiras e mercados, promoveu o calçamento de Recife e melhorou o aterro dos Afogados, onde plantou árvores gameleiras²⁸. Nos ofícios enviados ao secretário Melo e Castro, informava sobre os envios de pássaros, animais, plantas de valor medicinal, quina, madeiras para construção naval e, particularmente, vagens e sementes de pau-brasil. Na charrua Príncipe da Beira, enviou ainda, preso em uma capoeira, um tigre para somar às raridades da coleção de História Natural. Em princípio, essas remessas não eram destinadas ao museu, mas diretamente ao ministro

²⁵ AHU – Pernambuco d. 8673. «Ofício do governador Manoel da Cunha Meneses ao secretário Martinho de Melo e Castro». Recife, 3 de julho de 1772.

²⁶ AHU – Pernambuco d. 8784. Ofício do governador Manoel da Cunha Meneses ao secretário Martinho de Melo e Castro. Recife, 8 de junho de 1773.; d. 8798. Ofício... Recife, 5 de agosto de 1773.; d. 8873 Ofício... Recife, 14 de abril de 1774; d. 8904. Ofício... Recife, 23 de julho de 1774.

²⁷ AHU – Pernambuco. d. 8904; d. 9026; d. 9095; d. 9121; d. 9249; d. 9284; d. 9318; 123 d. 9352.

²⁸ Francisco A. Varnhagen. História Geral do Brasil. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1981. v. 2 tomo IV. p. 283.

²⁹ Ver AHU – Pernambuco d. 11625, d. 11757, d. 11777, d. 11800, d. 11805.

na Secretaria de Estado, «Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos». A coleção real nem mesmo merecia menção nesses ofícios enviados do Recife a Lisboa²⁹. Somente em janeiro de 1796, o governador, ao escrever ao secretário interino, Luís Pinto de Sousa Coutinho, referiu-se ao destino das espécies coletadas: ... «sobre a ordem de recolher, acondicionar e remeter para o Real Jardim Botânico, todas e quaisquer plantas com o valor medicinal ou econômico, declarando onde nasce e qual o uso que pode ser dado»³⁰. Com o falecimento de Melo e Castro, os vínculos de subordinação pessoais entre governador e secretário deveriam ser reconstruídos, motivo talvez para cumprir as ordens a risca e deixar de enviar diretamente ao ministro as remessas destinadas ao Jardim Botânico.

Além de agradar as autoridades, esse governo incentivou a agricultura, e logo a História Natural, como forma para contornar problemas de abastecimento e inflação. Lutou contra os interesses de comerciantes especuladores e contava, para tanto, com o apoio de poderosos lisboetas. Suas reformas eram, por certo, meios para contornar a grave crise da lavoura de mandioca que assolou os centros urbanos de Pernambuco a partir de 1785. Em carta à rainha, em 1797, D. Tomás afirmou acertadamente que a ruína do cultivo de mandioca originava-se na difusão da cultura algodoeira³¹. Os pequenos agricultores preferiam exportar o algodão, em tempo de crise promovida pela ruptura de laços entre Inglaterra e as colônias americanas, ao invés de cultivar alimentos para os núcleos urbanos da capitania³².

Os governadores não constituíam os únicos interlocutores com o secretário quando se tratava de História Natural e suas remessas. Da capitania de Pernambuco, Melo e Castro ainda recebeu ofício do intendente da Companhia Geral de Comércio e do ouvidor do Ceará, ambos tratavam do cultivo de anil e envios de remessas. O serviço prestado ao ministro era, então, disputado por variados estratos da burocracia colonial. O intendente Antônio José Souto dissertou sobre o progresso do cultivo e extração do anil, além dos problemas com a fábrica de beneficiamento do mesmo produto às margens do rio Beriberi. O ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto de Avelar, escreveu a Melo e Castro sobre a remessa de produtos naturais e suas respectivas localizações geográficas. Lamentou, porém, a debilidade na identificação de minerais por estar impossibilitado de realizar ensaios químicos, indispensáveis na identificação desse reino da natureza. Prometeu ainda, para breve, uma pequena coleção de plantas medicinais e exóticas,

³⁰ AHU – Pernambuco d. 13199. Ofício de D. Tomás José de Melo a Luís de Pinto de Sousa. Recife, 14 de janeiro de 1796.

³¹ Guilherme Palacios. Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII in: *História econômica do período colonial*. T. Szmrecsányi (org.). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996. p. 48.

³² Governador D. Tomás José de Melo enviou vários ofícios a Martinho de Melo e Castro referentes à remessas de produtos naturais e as reformas urbanísticas no Recife. Ver: AHU – Pernambuco. d. 11623-26, 11635, 11638, 11644, 11646-47, entre outros; F.A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos – 1740-1794*. v. VI. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954. pp. 505-538.

que por certo eram «inéditas em Lineu, o que melhor decidirá o Doutor Vandelli, meu Mestre»³³. A História Natural, como elemento do sistema de patronagem, seria porém mais evidente entre os naturalistas encarregadas das viagens filosóficas à América e à África.

3. Patronos das Viagens Filosóficas

Em 1787, no diário da viagem ao Grão-Pará, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira reconheceu a importância do suporte estatal para formar doutores especializados em História Natural, para financiar e organizar viagens filosóficas, para, enfim, reunir equipe de apoio, enviar remessas e solucionar adversidades ao longo do percurso. Os administradores responsáveis pelo empreendimento receberam do naturalista a nomeação de «patronos da expedição». Seriam eles o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, Martinho de Sousa e Albuquerque, governador da capitania do Pará, e João Pereira Caldas, governador do Estado do Grão-Pará e encarregado da execução do «Tratado Preliminar de Limites e Demarcação dos Reais Domínios». Dessa forma, o naturalista traçou a complexa relação de poderes, de interdependências, que envolvia a jornada. As instâncias do poder metropolitano se uniam aos poderes locais para tornar viável a expedição. As despesas com a equipe corriam por conta da Real Fazenda, enquanto os governadores forneciam mantimentos, embarcações, índios remeiros e auxiliares. O conhecimento local também era disponibilizado pela autoridade máxima da capitania que concedia livre acesso à visita aos territórios, rios e minas, sobretudo aos espaços ricos em recursos naturais e estratégicos para a preservação das fronteiras. As câmaras, capitães, cirurgiões, padres e diretores de índios forneciam, igualmente, dados indispensáveis à composição de diários, participações e memórias. Por meio desses agentes locais era possível avaliar a dinâmica da população, os três reinos da natureza, a produção agrícola, o comércio, circulação de gentes e mercadorias, os danos provocados por etnias não pacificadas e as ameaças às fronteiras indefinidas entre os impérios. A viagem filosófica era, portanto, fruto da interdependência e jamais obra exclusiva de um naturalista.

Ferreira não apenas denominou-os de patronos, mas enumerou suas realizações para o sucesso da viagem. Martinho de Melo e Castro notabilizou-se por promover aulas de química no Real Laboratório, por estabelecer o Real Gabinete de História Natural e por adiantar as obras do Real Jardim Botânico da Ajuda, enriquecendo-o com plantas indígenas e exóticas. Da Uni-

³³ AHU – Pernambuco d. 9217. Ofício de Antônio José Souto a Martinho de Melo e Castro. Recife, 26 de outubro de 1775.; d. 659. Ofício do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto de Avelar a Martinho de Melo e Castro. Crato, 4 de agosto de 1788.

versidade de Coimbra, convocou naturalistas e encarregou-os, com o beneplácito de Sua Majestade, da «História Filosófica e Política dos Estabelecimentos Portugueses no Estado do Grão-Pará». Para tanto, forneceu livros, instrumentos e uma equipe formada por riscadores e jardineiro, além de suprir suas despesas com sustento e transporte. Por fim, o patrono metropolitano concedeu ao irmão do naturalista um dos «canonicatos da Sé de Arquiepiscopal da cidade da Bahia». No âmbito colonial, o governador do Pará apoiou o naturalista e doutor da universidade de Coimbra ao recebê-lo no palácio de governo, onde o explorador passou a residir. Sem demora, proporcionou a viagem à Ilha Grande de Joannes e, posteriormente, ao rio Negro, acompanhou-o pessoalmente durante a viagem ao rio Tocantins. Ordenou a construção de canoas novas para suportar a viagem à capitania do Rio Negro e indicou dois índios para auxiliar o naturalista na coleta e na preparação das espécies. Além de moradia, o palácio ainda serviu para armazenar os volumes de produtos naturais antes de embarcar para Lisboa. Em Barcelos, capital da capitania do Rio Negro, Pereira Caldas também providenciou residência e forneceu ao naturalista cópias de ordens, bandos, editais, portarias e avisos de onde Ferreira recolheu informações sobre população, comércio, agricultura, navegação e manufaturas para compor a História Filosófica e Política. Com a finalidade de enriquecer as remessas ao Real Museu, o governador adquiriu e ofereceu-lhe produtos e curiosidades naturais, além de promover diligências na parte superior do rio Negro e rio Branco. Caldas destacou-se, sobretudo, pela «proteção e amizade»³⁴, ao solucionar as querelas em torno da fuga de índios, falta de braços para tocar as canoas e repor os estoques de mantimentos depois de acidentes com as embarcações.

Mas o maior patrono da expedição era mesmo Martinho de Melo e Castro. A homenagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, por certo, evidencia o lugar subordinado, ou mesmo apático, de Domenico Vandelli como guia da equipe. Durante a viagem à América Portuguesa, o secretário atuou de forma ainda mais efetiva na formação do acervo para o museu e jardim botânico lisboeta quando comparada às cartas, ofícios e remessas enviadas pelos governadores. Se, aos governantes de capitania, o secretário solicitava apenas remessas de plantas e animais, aos naturalistas exigia farta quantidade de produções naturais, além de escritos para particularizar a geografia e as propriedades das espécies enviadas ao museu da Rainha. Depois de delimitar as tarefas iniciais, o secretário estabeleceu a submissão do naturalista, o jardineiro e os riscadores ao comando do governador; debaixo de suas ordens deveriam «examinar, e descrever tudo que houver neste Estado relativo à História Natural, e em recolher e preparar o que se deve remeter as esta Corte...»³⁵

³⁴ FBN (Fundação Biblioteca Nacional) – 21,2,021. Extrato do diário da Viagem Filosófica pelo Estado do Grão-Pará. Vila Barcelos, 3 de outubro de 1787.

³⁵ AHU – Pará d. 7340. Ofício de Martinho de Melo e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque. Mafra, 29 de agosto de 1783.

Em setembro de 1784, o governador do Pará, Martinho de Sousa e Albuquerque, escreveu ao secretário para comunicar o início da viagem à capitania e assegurou-lhe do total comprometimento de seus subordinados para o sucesso da viagem. O governador conclamava, então, os diretores dos índios, os comandantes de todas as fortalezas, as povoações, os oficiais auxiliares, os juizes ordinários e as câmaras para prestarem o auxílio necessário a Alexandre Rodrigues Ferreira e sua comissão. A ordem partia de Sua Majestade e viabilizava os trabalhos das diligências da História Filosófica e Natural ao fornecer mantimentos, índios remeiros para tocar as canoas e livre acesso aos rios, serras, matos e minas. Sousa e Albuquerque ainda ameaçava a seus governados que não cumprissem a mencionada portaria: «Ficando-me seriamente responsáveis os que faltarem em todo ou em parte à execução desta minha ordem, e contra eles proceder ao merecido castigo...»³⁶. A carta de Sousa Albuquerque evidencia, portanto, a hierarquia de poderes no comando da Viagem Filosófica, mas deixava ocultas as honras e os privilégios que poderiam advir, para ele e seus subordinados, com os serviços prestados à Sua Majestade.

Alexandre Rodrigues Ferreira logo percebeu o intrincado jogo de interesses capaz de viabilizar as investigações, as remessas e seus escritos, serviços que resultariam, mais tarde, em honra e prestígio. Seus esforços durante a viagem dependiam da patronagem de Melo e Castro, dos governadores, como dos poderes instituídos nas vilas e fortalezas percorridas pela expedição. O sucesso do empreendimento era indispensável para seus planos de tornar-se cavaleiro de uma das Ordens Militares e membro da Junta do Comércio. Assim, ao mesmo tempo que remetia espécies e escritos, solicitava à Secretaria de Estado recompensas pelos seus feitos como naturalistas. Ao retornar ao reino, seus intentos seriam, em boa parte, realizados. Essa proeza era certamente resultado de suas negociações com os poderosos e dos bons resultados no comando da jornada. Essa percepção não orquestrava atitudes e pensamentos dos demais naturalistas comandados por Melo e Castro, pois em pouco tempo de viagem entravam em confronto com as instruções concebidas pelo patrono. Nesse sentido, eles se chocavam com o sistema de patronagem e perdiam a possibilidade de acumular honra e prestígio durante a expedição. O resultado era o total ostracismo, os viajantes tornavam-se esquecidos nos inóspitos territórios africanos, onde padeciam com o clima e os desmandos dos poderes locais. Os luso-brasileiros Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva não receberam o reconhecimento régio de seus serviços, nem títulos, nem tenças. Se retornaram ao reino, ou à terra natal, minhas pesquisas ainda não encontraram vestígios. O fracasso da expedição rendeu-lhes frustrações e abandono por parte do secretário.

³⁶ FBN – 21,1,008 n. 1 doc. 2. Cópia da Portaria que Martinho de Sousa e Albuquerque lavrou e entregou a Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de setembro de 1784.

Sem entender as tramas entre os poderes metropolitano e colonial, nas Ilhas de Cabo Verde, João da Silva Feijó envolveu-se em disputas que o levariam ao esquecimento e a anos de desterro. O jovem Feijó nasceu no Rio de Janeiro por volta de 1760 e tornou-se bacharel em Matemática na Universidade de Coimbra³⁷, onde teve certamente formação em Química e História Natural com Domenico Vandelli. Como na viagem ao Pará, Martinho de Melo e Castro escreveu ao bispo das Ilhas para transferir-lhe o comando da expedição e descrever os tarefas de Feijó. Este atuaria no serviço de Sua Majestade com o ordenado de 400\$000 réis por ano e a obrigação de obedecer as ordens do bispo-governador. A tarefa era examinar e descrever tudo o que houvesse nessas Ilhas relativo à História Natural. Cabia ao bispo viabilizar às jornadas e remeter seus resultados à Corte. O naturalista devia dar conta ao superior de seus trabalhos por meio da coleta de espécies e produção escrita de suas observações. O bispo ainda indicaria os sítios, lugares, ilhas e costas para serem percorridos e as «despesas que se fizerem com as comedorias nestas Expedições devem correr por conta da Real Fazenda, recebendo-as V. Ex. [o bispo] dos Administradores, da Sociedade dessas Ilhas e passando-lhes as clarezas necessárias, para se levarem em conta no Erário Régio»³⁸. O cuidado de conduzir os passos do naturalista não resultou, porém, em bons resultados. Depois da morte do bispo D. frei São Simão, Feijó tornou-se alvo de vários rumores, denúncias de desvios de conduta e ineficiência, que provocaram a repreensão enérgica de Melo e Castro.

Em carta ao secretário, datada de abril de 1784, sem conhecer seus descontentamentos, o jovem Feijó narrou a perseguição promovida pelo governador Antônio Faria e Maia, sucessor do bispo: «Não sei que mal tenho feito a este Sr. que aqui me governa, que não faz mais me ultrajar sem me dar causa a isto...». Ao reclamar o ordenado vencido, o naturalista em viagem às Ilhas de Cabo Verde teve como resposta a recusa na execução do pagamento. Verbalmente, o «despótico desta Ilha» declarou que Melo e Castro não governava a Fazenda Real e não tinha ordens, nem juízo algum de Sua Majestade e nem ordens do marquês de Angeja, presidente do Real Erário, para remunerá-lo. Essas contrariedades, segundo Feijó, resultavam de «pareceres de um homem perverso» que do reino veio como degredado. Ao secretário, pediu ainda licença para se retirar logo após a conclusão dos trabalhos nas Ilhas, pois não suportaria por mais tempo os ares que arruinavam a saúde e deixavam-no em estado deplorável. Sem saber das graves acusações contra a sua pessoa proferidas pelas autoridades locais, ele recorria a Melo e Castro para solucionar a contenda e lem-brar-lhe «deste infeliz»

³⁷ Verbete: João da Silva Feijó in: Innocência Francisco da Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1958-1923.

³⁸ AHU –código 402 d.33. Ofício de Martinho de Melo e Castro ao bispo das Ilhas de Cabo Verde. Palácio de N. S. da Ajuda, 3 de janeiro de 1783.

que se via, de todos as partes, perseguido. Sentia-se, por certo, carente de proteção: «por falta do patrocínio de V. Ex. que há de ser de mim»³⁹.

Meses depois, o jovem discípulo de Vandelli receberia correspondência do secretário que, ao invés de patrocinar seus intentos, acusou-o de abusar dos pobres habitantes locais, comportando-se como «pessoa de grande poder, e criatura que querendo soldados e outras distinções semelhantes». Para empacotar as remessas exigia dos moradores uma quantidade exagerada de algodão. Essas «notícias desagradáveis» chegavam escritas aos olhos do secretário, com várias procedências, e provocaram sua advertência e repreensão do comportamento de Feijó: «para que V.M. com sua emenda evite, que se tome outras medidas que lhe produzirão dos maiores desgostos». Mas as contrariedades não se resumiam à conduta, as tarefas executadas como naturalista também não satisfaziam ao secretário. Enviara a Lisboa uma porção insignificante de salitre e enxofre, sem incluir as devidas notícias, o que mostrava a negligência no cumprimento das obrigações. Ele deveria examinar com miudeza os sítios onde se localizavam os minerais, e compor uma relação «individual e circunstanciada», com amostras em porções avultadas⁴⁰. Melo e Castro, nesse ofício, demonstrava seguir os ensinamentos de Lineu, ou mesmo de Vandelli, com quem certamente adquiriu conhecimento de História Natural para seguir de perto os desdobramentos das viagens filosóficas.

A situação de João da Silva Feijó se agravaria nos meses seguintes, quando o secretário escreveu ao governador sobre sua possível transferência para o Limoeiro. Segundo a autoridade metropolitana, as remessas insuficientes constituíam prova do mau uso do tempo, da displicência com as instruções e metas da viagem. A pretexto de realizar essas diligências, comportava-se, entre os ilhéus, como «homem de autoridade, e importância, e os tem vexado, e oprimido por diversos modos». O governador de Cabo Verde deveria vigiá-lo e nunca entregar-lhe grande soma de dinheiro. Somente as comedorias seriam cedidas, ou melhor, cerca de dez mil réis cada mês, outra parte seria guardada para quando fosse necessária e o restante destinava-se ao sustento de sua esposa e filho, desamparados por Feijó em Lisboa. Em síntese, a intervenção de Melo Castro originava-se na negligência, no excesso de poder e no irresponsável abandono da família. Desde a morte do bispo, ele não mais executava suas obrigações, sob o pretexto de moléstias, «se precipitou nos escandalosos absurdos, latrocínios, e iniquidade que o Ouvidor dessas Ilhas ali foi descobrir, e que já aqui havia suficientes noções, pelas

³⁹ AHU – Cabo Verde. Cx. 42 d. 13. Ofício de João da Silva Feijó a Martinho de Melo e Castro. Vila da Praia, 4 de abril de 1784. Para os conflitos entre Feijó e as autoridades locais ver: Magnus Roberto de Mello Pereira. Um jovem naturalista num ninho de cobras... *História: questões e debates*, v. 19, n. 36: 29-60, 2003.

⁴⁰ AHU cod. 402 d. 33. Ofício de Martinho de Melo e Castro a João da Silva Feijó. Lisboa, 9 de dezembro de 1784.

quais já o dito naturalista se teria mandado vir preso para as cadeias do Limoeiro»⁴¹.

Os escritos do secretário não deixam dúvida sobre a origem das denúncias. O ouvidor e o governador eram informantes da conduta transgressora do naturalista e capazes envenená-lo perante as autoridades lisboetas. Os ofícios enviados ao secretário talvez fossem meios de neutralizar possíveis relatórios comprometedores, onde Feijó descrevia a exploração dos moradores perpetrada pelas autoridades locais, como confisco de bens de crianças tramado pelo juiz dos órfãos. A Melo e Castro, o próprio naturalista escreveu para relatar os possíveis efeitos de suas denúncias contra os governantes locais. Depois de constatar essas desordens, ele tentou intervir, guiado por «espírito excitado» de ver como em nome de S. Majestade, tão justa, tão piedosa, se oprimia infelizes e desesperados vassalos. Por contrariar a essa elite, Feijó considerava-se alvo de ataques: «...queira Deus que as suas malevolências não venham fulminar contra minha honra e, algum dia males que me façam perder a graça da minha Soberana e de V. Ex.»⁴². Os temores, portanto, materializaram-se e provocaram total perda de prestígio do naturalista que deveria andar pelas ilhas sempre acompanhado de «pessoa zelosa e ativa que o faça trabalhar». Para executar a vigia, o secretário indicou o coronel José Maria Cardoso, pessoa de comprovada competência para enviar remessas para o real museu⁴³.

O secretário de Estado, seu ex-protetor, jamais cedeu a seus apelos e Feijó permaneceu na ilhas cumprindo seu «degredo». Nos anos de 1790, sua condição teria alguma melhora, pois conseguiu acumular interinamente o cargo de secretário do governo da capitania de Cabo Verde, responsável por redigir ofícios a Lisboa. De São Tiago, ele remeteu em setembro de 1793 uma relação produtos naturais, destinada ao «Real Museu do Príncipe Nosso Senhor pela Secretaria dos Negócios Ultramarinos»⁴⁴. Tornou-se também correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de 19 de junho de 1790, para onde enviou memórias, sendo três delas publicadas⁴⁵. No primeiro tomo das *Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria*, Feijó publicou «Memória sobre a Fábrica Real de anil da Ilha de Santo Antão» (p. 407-421); no quinto tomo, a «Memória sobre a Urzella de Cabo Verde» (145-154) e «Ensaio económico sobre as Ilhas de Cabo Verde, em 1797»

⁴¹ AHU cod. 402 f. 40. Ofício de Martinho de Melo e Castro ao governador das Ilhas de Cabo Verde. Lisboa, 23 de novembro de 1785.

⁴² BNL – reservados, FR 436. João da Silva Feijó. Itinerário Filosófico que contem Rellação das Ilhas de cabo Verde... Terceira Carta. Ilha Brava, 1 de julho de 1783. Devo agradecer ao professor Magnus Roberto de Mello Pereira pela gentileza de ceder a transcrição desse documento.

⁴³ AHU cod. 402. f. 41

⁴⁴ AHU – Cabo Verde cx.48 n. 11. Relação das produções naturais... São Tiago, 3 de setembro de 1793.

⁴⁵ BACL. Processo Acadêmico de João da Silva Feijó.

(172-193)⁴⁶. Seriam, porém, recusadas as seguintes memórias compostas pelo naturalista régio: «Memória sobre a nova irrupção vulcanica do Pico da Ilha do Fogo» (1785); »Planto Insulano Prom. Viridis Varia Secundum Linnean methodum descripto»(1788); «Reflecções botanicas sobre a Censura do Jornal Encyclopedio feito a Flora Lusitana et Brasiliensis specimen do Dr. Vandelli»(1789)⁴⁷. A incrível memória sobre a irrupção vulcânica seria mais tarde publicada no periódico brasileiro *O Patriota* (1813). Entre os bacharéis luso-brasileiros, João da Silva Feijó era, na verdade, o mais produtivo e reconhecido pela Academia, nem por isso alcançaria cargos e títulos equivalentes a Alexandre Rodrigues Ferreira, quem nunca finalizou seus trabalhos no intuito de publicá-los.

As qualidades acadêmicas, porém, não explicam a ascensão social de Feijó. Suas vitórias advêm da estratégia de recompor alianças com as autoridades das Ilhas de Cabo Verde e com a burocracia estatal na Corte. Nesse sentido, em 1793, o governador Francisco José Teixeira Carneiro escreveu a Lisboa para interceder por este «pobre naturalista que se acha aqui a dez para onze anos». Durante o seu governo, ele atestava a sua boa conduta e por isso apelava «pelos estímulos de humanidade» para lembrar-se da infeliz situação que se encontrava Feijó e, então, atendesse às suas rogativas⁴⁸. A ordem para retornar ao reino somente sairia em junho de 1795, em despacho diretamente remetido do Palácio de Queluz, que não estava assinado pelo secretário de Estado. Talvez esse retorno tenha sido deliberado depois da morte de Martinho de Melo e Castro ocorrida em 24 de março de 1795.

Em julho de 1796, em Lisboa, enviou carta a Vandelli, onde descrevia enorme remessa de plantas, novas e raras, e dezenas de sementes com diversas utilidades, sobretudo flora destinada a produzir tintura para tecidos. Ao despedir-se do mestre, externou seu desejo de «continuar no Real Serviço do mesmo Senhor e de escrever a História Geral e Filosófica de suas viagens»⁴⁹. Essa talvez fosse a última remessa das ilhas preparadas pelo discípulo e, por certo, um apelo para Vandelli interceder pela sua permanência como naturalista. Esse novo e temido ostracismo não se efetivou, pois ele logo se engajaria em estudos sobre o salitre na Ribeira de Alcântara e, em seguida, em 1797, ele foi agraciado com posto de sargento-mor do segundo terço auxiliar da guarnição das Ilhas de Cabo Verde. Essa nomeação ocorreu quando o naturalista já se encontrava em Lisboa e era, certamente, reconhecimento de serviço realizado, no passado, nas Ilhas sem a devida nomeação. Por esse

⁴⁶ Lisboa, Officina da mesma Academia, 1789 (t. 1); 1815 (t. 5).

⁴⁷ BACL (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa) – manuscritos série azul 17 (15) e 374 (8-9).

⁴⁸ AHU – Cabo Verde cx. 48 d. 11. Ofício de Francisco José Teixeira Carneiro a Martinho de Melo e Castro. Ilha de S. Tiago de Cabo Verde, 3 de setembro de 1793.

⁴⁹ AHMB CN/F-21. Carta de João da Silva Feijó a Domenico Vandelli. Lisboa, 23 de julho de 1796.

cargo, ele não receberia soldo algum, mas gozaria de «todas honras e privilégios, liberdades e isenções e franquias que dele lhe pertencerem» (...).

Ele não mais retornaria a Cabo Verde e seria nomeado, dois anos depois, para atuar como sargento-mor das milícias da capitania do Ceará, onde produziu várias memórias⁵⁰. Devido a seus bons serviços, recebeu em 30 de abril de 1797 a «mercê em remuneração, de o condecorar com Hábito da Ordem de Cristo», sem mencionar tença. Essa concessão, porém, levanta duas dúvidas: nem as provanças e nem a mercê constam nos registros da Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. Maria I, Registro Geral das Mercês e Habilitação à Ordem de Cristo. A mencionada mercê encontra-se registrada nos papéis do Ministério do Reino. Por outro lado, o trecho inicial do documento ainda traz a informação de que o hábito era concedido «em consideração aos bons serviços que tem feito João da Silva Feijó, Sargento Mor de Milícia da Capitania do Ceará, nas Ilhas de Cabo Verde»⁵¹. Com mesma data da nomeação para a capitania do Ceará, o hábito não seria reconhecimento de serviço realizado no passado, mas a ser realizado no futuro. Era comum que o título de cavaleiro da Ordem de Cristo fosse resultado de feitos acumulados. Quando o vassalo se deslocava para paragens muito distantes do reino, onde ele defenderia os interesses do soberano, costumava-se recompensá-lo com mercês antes de partir. A mencionada concessão do hábito da Ordem de Cristo obedeceu, por certo, a esse pressuposto. Enfim, a trajetória de Feijó comprova, mais uma vez, que a proximidade do rei permitia aos vassalos alcançar seus pleitos, pois, como bem escreveu Vilhena, era triste viver em colônias, longe do soberano. Radicado em Lisboa e próximo à Corte, Feijó não apenas retomou seus trabalhos como naturalista, mas ainda teve o reconhecimento de suas atividades militares nas Ilhas, recebeu promoção a sargento-mor e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo por serviço que, certamente, ainda cumpriria com louvor em terras americanas.

Os anos de desterro lhe permitiram, enfim, vislumbrar as tramas aos quais estava enredado e recuperar seu prestígio entre os poderosos do ultramar e da metrópole. Para tanto, buscou apoio no governo da capitania das Ilhas de Cabo Verde, onde passou ocupar cargos e obteve a intervenção para retornar ao reino. Antes mesmo da partida, travou diálogo com a Academia das Ciências e, em seguida, conseguiu publicar memórias sobre a economia das Ilhas. Por fim, escreveu ao velho mestre para garantir a conti-

⁵⁰ IANTT – Chancelaria de D. Maria I – liv.42 f. 110v. Patente de confirmação de Sargento Mór do Terço Auxiliar da Guarnição da Ilha de Cabo Verde de 22 de fevereiro de 1797; Chancelaria de D. Maria I Liv. 58 f. 145v.– Patente de Sargento Mór de Milícias da Capitania do Ceará de 25 de fevereiro de 1799. Sobre as memórias ver: João da Silva Feijó. *Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos*. (ed. fac-similada) Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

⁵¹ IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 61 d. 96. 30 de abril de 1799.

nuidade do trabalho como naturalista. Estavam assim dadas as condições para a ascensão social do matemático naturalista.

A trajetória do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu caminhos mais amenos. Morador da Bahia e filho de comerciante, Ferreira estabeleceu-se em Coimbra ainda muito jovem, com cerca de 14 anos. Na Universidade, matriculou-se, inicialmente, em Instituta (1770) e depois na Faculdade de Leis (1773), sem comparecer no auto de encerramento. A partir de 1774, iniciaram-se seus cursos na Faculdade de Filosofia Natural com duração de três anos. Consta ainda matrícula na Faculdade de Matemática, em 4 de novembro de 1775. Acabou formando-se em Filosofia Natural em 2 de julho de 1778 e obteve ainda o título de doutor em 10 de janeiro de 1779⁵². Suas escolhas iniciais apontavam para carreira de magistrado, forma mais segura e direta de inserção na burocracia metropolitana ou colonial. Ao escolher Filosofia Natural, ele se arriscava a não encontrar cargo na governação, ou mesmo desempenhar funções sem o mesmo prestígio dos magistrados. A rápida passagem pelo Faculdade de Matemática, talvez, fosse uma estratégia para alcançar o título de cavaleiro da Ordem de Cristo, pois os melhores alunos seriam agraciados com essa mercê e teriam a preferência para ocupar qualquer cargo nos Amoxarifados, segundo o Estatuto da Universidade de Coimbra de 1772⁵³. Seu excelente desempenho na Faculdade de Filosofia permitiu-lhe, porém, exercer o primeiro cargo de naturalista na burocracia estatal. Teria ele o encargo de percorrer as possessões «com a laboriosa comissão de ele ser o primeiro vassalo Português, que exercitasse o nunca visto em Portugal, nem antes do feliz reinado de Sua Majestade, exercitado emprego de Naturalista»⁵⁴.

Ao longo da jornada à América, Rodrigues Ferreira obteve apoio dos poderes locais, dos governadores e das câmaras, que se tornaram fundamentais para o sucesso do empreendimento, ou melhor, para a produção de boas remessas, memórias, participações, diários e desenhos. As autoridades metropolitanas e coloniais se uniam em busca de resolver os percalços provocados por doenças, pela falta de remeiros e mantimentos. Como Feijó, os passos de Ferreira eram seguidos pelos governadores que, ao invés coibir seus excessos e espalhar malevolências, promoviam o avanço da expedição. Esse naturalista não recorria apenas às mencionadas autoridades para reunir notícias do território. Em princípio, todos estavam imbuídos da tarefa de coletar espécies e auxiliá-lo na produção de conhecimento sobre o mundo colonial. Para tanto, ele recorria à engenhosa estratégia, descrita logo no primeiro ano de viagem, em ofício ao secretário Martinho de Melo e Castro:

⁵² Américo Pires de Lima. As matrículas do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade Broteriana*, v. XXVIII, 1954. pp. 77-78.

⁵³ *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*. t. 3. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1773. L. III, Parte II, tit. I, cap. II parágrafo 8.

⁵⁴ IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 55 proc. 71. cx. 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

«Agora acabo de receber um dos bichinhos que lá no Gabinete estão preparados, por que como eu não figuro a este tempo senão de missionário da História Natural todos me mandam um bicho, ou uma pedra, porque no Real Gabinete de V. Majestade a todos digo que terão os seus nomes. Deste modo terá V. Ex. muitas produções que é com que trabalho»⁵⁵.

A barganha entre Ferreira e os coletores «ambulantes» renderam ao real gabinete inúmeras espécies e o necessário prestígio do naturalista junto à Secretaria de Estado. Para além das remessas, em seus escritos, não descuidou de prestar homenagens, de descrever as qualidades do patrono da jornada. Mostrava-se encantado com a riquíssima natureza do Pará e agradecia-lhe por enviá-lo ao Paraíso, onde se achava e cumpria seus deveres. Ao contrário do naturalista das Ilhas de Cabo Verde, não se atreveu a solicitar licença para retornar ao reino logo no primeiro ano de jornada. Nem mesmo relatava intrigas do poder local, externava apenas o quanto os governadores viabilizavam os deslocamentos e as remessas. Seus empreendimentos atuavam para restabelecer a agricultura, ampliar o comércio e difundir a justiça em nome de Sua Majestade. A todo momento procurava enviar espécies curiosas e invulgares para enriquecer o museu da Rainha. Nesse sentido, escreveu eufórico a Melo e Castro, informando sobre o envio de peça rara, inexistente nos gabinetes da Europa. Em uma caixa, ele remetia ao reino uma cabeça de tapuia com uma enfiada de dentes, uns poucos colares e braceletes de penas provenientes de Santarém⁵⁶. Em Lisboa, seria possível remontar as peças e visualizar a cabeça e os adereços próprios de um índio tapuia. Infelizmente, o naturalista não indica o nome da etnia, estava tão animado com a remessa que não se importou em produzir uma memória para permitir melhor estudo de peça tão rara.

As reverências não se destinavam apenas a Melo e Castro, os demais patronos também tiveram o reconhecimento do naturalista que lhes dedicou histórias naturais. Se os populares recebiam a promessa de ver seus nomes em espécies da real coleção, os governadores seriam reconhecidos como mecenas e seus nomes seriam gravados no frontispício da História Natural de suas capitânias. Para Ferreira, o governador Martinho de Sousa e Albuquerque muito honrava seus estudos sobre o Pará. Atuava como patrono por acreditar que seus escritos fomentariam a agricultura, comércio e promoveriam felicidade. Os esforços do naturalista não pretendiam oferecer «aos olhos simplesmente curiosos objetos curiosos», mas o engrandecimento do Estado⁵⁷. Ferreira contava com patrocínio de autoridade de muito prestígio, pois o mencionado governador tornou-se conselheiro de Sua Majestade, coronel da Infantaria, cavaleiro da Ordem de S. João de Malta, governador e

⁵⁵ AHU – Pará d. 7363. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Belém do Pará, 28 de outubro de 1783.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ AHU – Pará d. 7450. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Santo Antônio do Curupá, 10 de outubro de 1784.

capitão general das capitanias do Pará e Rio Negro. Não sem razão, depois de 11 meses sob a sua tutela, o naturalista realizou um balanço das atividades, onde tornou evidente a admiração pela sua capacidade de comando. Suas deliberações conduziam à glória, adiantamento da instrução pública, aumento da indústria popular, perfeição das ciências e artes. Quem à risca se subordinasse às suas instruções obteria certamente um vivo indício de sucesso. Mas a maior felicidade, acrescentou Ferreira, em ofício ao governador, era algum dia «poder então colocar no frontispício da História Natural e Civil deste Estado, o Respeitável nome de V. Ex. que assim se acostumado a ser invocado»⁵⁸.

O ilustríssimo e excelentíssimo senhor João Pereira Caldas não exibia menores títulos que o governador do Pará. Tornou-se também do Conselho de Sua Majestade, coronel da Cavalaria, alcaide-mór, comendador de São Mamede do Trovisco na Ordem de Cristo, governador e capitão general nomeado para as capitanias do Mato Grosso e Cuiabá, e nos distritos do governo delas e do Estado do Grão Pará, encarregado de execução do Tratado de Limites e Demarcação dos Reais Domínios. Ao escrever-lhe, Ferreira evocava sua «veneração profunda» e a lembrança das reverências ouvidas sobre a sua pessoa na Corte de Lisboa. No Pará, os júbilos não eram outros, a admiração saltava «do coração ao rosto dos moradores desta capitania, pela justiça, em tranqüilidade, em que vivem, no centro de tantas evoluções militares». Depois de árduas negociações entre as duas potências ibéricas, Pereira Caldas ainda devotava-se à História Filosófica da Lusitania Equinocial, que certamente teria o mesmo sucesso, pois «nem só as armas se deviam gloriar de obedecer ao seu mando, também as letras». Entre as povoações das capitanias, a todos o governador recomendava a coleta de produtos naturais dos três reinos, obrigava também a plantar, colher arroz e café. Nessas paragens, a História Natural não precisava de esforços do naturalista para progredir, pois sob sua proteção estava assegurada a felicidade das descobertas e «debaixo dela a História Natural desta parte da América parecerá sobrenatural na Europa»⁵⁹.

Ao mesmo tempo que exaltava os feitos de seus superiores, Ferreira esperava o resultado de um requerimento endereçado à rainha D. Maria I, que solicitava a mercê do hábito de uma das três Ordens Militares. A insígnia seria o reconhecimento de sua dedicação como demonstrador de História Natural na Universidade de Coimbra, onde por dois anos trabalhou sem contar com emolumentos. Durante cinco anos, atuou como examinador e experimentador oficial no Real Gabinete da Ajuda e, finalmente, como naturalista na Expedição Filosófica do Estado de Grão-Pará. O último serviço era

⁵⁸ Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Sousa Albuquerque. Rio Negro, 18 de setembro de 1784 in: *O Cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: s/ed., 1947. doc. 15.

⁵⁹ Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a João Pereira Caldas. Barcelos, 2 de março de 1785 in: *O Cientista luso-brasileiro...* doc. 18.

novo no reino, além de laborioso, envolvendo em infinitos perigos por mar e por terra. Apesar de não contar com os doze anos de serviços necessários para reivindicar tal honra, Ferreira estava persuadido do valor de seus feitos na América e suplicava à Rainha adiantamento da mencionada mercê. Esse documento ainda contava com a atestação de Domenico Vandelli, responsável por guiar o naturalista durante o período em que serviu ao Estado⁶⁰. Desde outubro de 1783, o Ministério do Reino reuniu vários testemunhos sobre os serviços prestados pelo naturalista ao longo da viagem⁶¹. Somente de 1794, mais de dez anos depois do pedido, Alexandre Rodrigues Ferreira seria agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em abril de 1786, o naturalista escreveu a seu maior patrono para comunicar da conveniência de retornar ao real gabinete. Sem se subtrair ao serviço de Sua Majestade, ele deveria passar à próxima etapa do estudo, pois quanto mais prolongassem as coleções de produtos naturais, mais retardaria o conhecimento individual de cada um, no confuso caos de milhares de produções⁶². Meses depois, do punho de Júlio Mattiazzi, leu a triste notícia: seu pedido para retornar não estava nos planos da Secretaria de Estado e o próximo destino seria o rio Madeira. Iniciam-se aí os conflitos com o patrono Melo e Castro, pois além de impedi-lo de se estabelecer no reino, considerou suas produções insuficientes. Apesar de desconhecer esse valioso documento com as repreensões do secretário, vale mencionar que elas tiveram forte impacto na personalidade de Ferreira. Ele levaria meses justificando suas tarefas e reclamando maior participação do gabinete nos rumos da expedição. De fato, o secretário ordenaria a continuidade da expedição filosófica em direção ao Mato Grosso e Cuiabá, na Real Ordem de 31 outubro de 1787, ou seja um ano depois do comunicado de Mattiazzi. Nesse intervalo, entre o aviso de Mattiazzi e a ordem efetiva, Ferreira escreveu-lhe para relatar a enorme casta de observações filosóficas e políticas sob o encargo de um único naturalista. Para completar a flora do Pará, por exemplo, não bastaria a sua vida, nem de uns poucos naturalistas. No final do ofício, reclamou da contrapartida do real gabinete às suas remessas, pois faziam mais de dois anos que ele não recebia notícias de Mattiazzi, nem sabia como chegavam as produções arduamente preparadas e remetidas a Lisboa⁶³.

Antes mesmo da Real Ordem, Alexandre R. Ferreira demonstrava o ressentimento provocado pelas críticas do patrono e assim escreveu-lhe: «Aqui

⁶⁰ AHU – Pará doc. 7325. Requerimento de Alexandre Rodrigues Ferreira à rainha. Pará, post 14 de agosto de 1783.

⁶¹ IANTT – Ministério do Reino/ Decretos maço 55 proc. 71. cx 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

⁶² AHU – Rio Negro. d.423. Ofício de ARF a Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 17 de abril de 1786.

⁶³ AHU – Rio Negro d. 496 n. 5. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 26 de setembro de 1787; AHU – Rio Negro doc. 455. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 16 de novembro de 1786.

continuo a trabalhar, não como digo, mas como mostro, sem perder tempo que eu não empregue, e faça empregar nos artigos da minha comissão, enquanto V. Ex. se não digna significar as suas últimas instruções»⁶⁴. Demorou para alcançar o naturalista a Real Ordem mandada por Melo e Castro que ordenava a viagem ao rio Madeira e à capitania do Mato Grosso. Em carta de Pereira Caldas endereçada ao naturalista, datada de 23 de agosto de 1788, tornavam-se claras as novas instruções do secretário, sobretudo o fato de a expedição estar sob a tutela do governador e capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres.

O malogrado retorno ao reino e aos trabalhos no real gabinete não significaram perda de prestígio do naturalista. Como primeira mercê alcançada, o seu irmão, Bartholomeu Rodrigues Ferreira, recebeu a promoção à cónego de meia prebenda, na catedral da Cidade da Bahia. Em meio aos conflitos com Melo e Castro, enviou-lhe remessa de produtos naturais contendo 21 volumes e o pedido prebenda inteira para o irmão e recebeu a mercê⁶⁵. Por certo, a estratégia de Ferreira de intensificar a composição de memórias, desenhos e remessas teve algum sucesso. Mas não deixou de externar a total obediência aos desígnios do secretário. Considerou a reprimenda uma desgraça, por contrariar «meu Primeiro e único protetor nessa Corte» e não procuraria desculpar-se, mas apenas abaixar «para terra a minha cabeça, e recebendo humilde e resignado a ordem que V. Ex. me dirige, de partir para a capitania do Mato Grosso»⁶⁶. O cultivo da vassalagem e o bons serviços como naturalista renderam a Ferreira uma carta elogiosa do secretário. Alguns meses depois de externar seu descontentamento, o secretário escreveu-lhe: ... «vejo que V. M. tem empregado muito bem o seu tempo nas viagens que tem feito nesses remotos países; e que os tem visto com olhos de um exato e judicioso observador»⁶⁷. Para o naturalista, o reconhecimento de seus cuidadosos serviços era certamente da maior importância, pois como escrevera a Melo e Castro, ele era seu primeiro e único patrono na Corte.

Alexandre Rodrigues Ferreira também não descuidava de cativar os poderes locais, não somente prestigiando o trabalho do antigo patrono, o governador Pereira Caldas, mas tratando de promover alianças com os governantes da próxima capitania, primeiro Luiz de Albuquerque, depois seu sucessor e irmão João de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres. Como era de hábito, depois de algum tempo de convívio, Ferreira repetiu a dose e tornou a bajular o novo patrono: «Nada mais me resta a fazer, senão beijar

⁶⁴ AHU – Rio Negro d. 496 n. 5. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 26 de setembro de 1787.

⁶⁵ AHU – Rio Negro. d.473. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. 20 de fevereiro de 1787.

⁶⁶ AHU – Rio Negro. d.507. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro Barcelos, 11 de fevereiro de 1788.

⁶⁷ Ofício de Martinho de Melo e Castro a Alexandre Rodrigues Ferreira. Palácio de Queluz, 30 de novembro de 1788 in: *O Cientista luso-brasileiro...* doc. 37.

a mão de V. Ex. pelas muitas prontas, repetidas, e sempre significantes demonstrações de favor, de proteção e de amizade...». Como prometeu ao governador do Pará, desejava, algum dia, no frontispício da História Natural e Política da capitania de Mato Grosso, dar a conhecer a Europa culta nome de V. Ex.⁶⁸ Mais uma vez, a fórmula de sucesso deveria ser repetida, mesmo se o empenho do governante não tivesse o mesmo rigor dos anteriores.

Desde o rio Madeira, a expedição sofrera muitos contratempos. Inicialmente, por falta de remeiros, ficou embarrancada na praia, por quase três meses, bem antes da primeira cachoeira do mencionado rio. Caldas procurou socorrê-la ao enviar cerca de 50 índios provenientes das vilas de Silves, Serpa e Borba na capitania do Pará. Em Vila Bela, Mato Grosso, logo no início da temporada, o naturalista e seus auxiliares adoeceram gravemente, acometidos de moléstia do corpo e fadiga do espírito, como narrou à Secretaria de Estado, o governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres. Nessa oportunidade, a expedição perdeu o jardineiro, Agostinho Joaquim do Cabo, morto em decorrência da debilidade provocada pela viagem, além das doenças causadas pelo «influxo destes climas insalutíferos»⁶⁹. Desde os primeiros avisos da chegada da expedição, os irmãos governadores vinham alertando à Secretaria de Estado sobre os parcos recursos da capitania. As demarcações de fronteira e a viagem filosófica promoviam desfalques nos já medíocres socorros pecuniários. Essas expedições promoveram um enorme aperto, consternação e prejudicavam as mais diversas partes do seu governo: «não pago em grande parte os ordenados, salários, mantimentos e mais cabedais...»⁷⁰. O governador João de Albuquerque seria mais direto e nomeou a Real Expedição de «longa, demorada e muito dispendiosa viagem»⁷¹.

A jornada, por certo, tornou-se ainda mais lenta e improdutiva devido aos problemas orçamentários, à debilidade física da equipe e morte do jardineiro. Ferreira alertou o secretário sobre a queda do número de remessas e escritos. Ele empenhava-se no observar e descrever sobre temas, muitas vezes, alheios à sua profissão, como certamente eram as reflexões médicas e políticas. No entanto, garantia para breve o recebimento desses escritos: «se muitas delas não têm sido imediatamente dirigidas à presença de V. Ex. não é por não terem sido feitas, como V. Ex. tem algumas vezes entendido; mas sim, por não estarem ordenadas, dirigidas e castigadas as matérias de

⁶⁸ Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a João de Albuquerque de Mello. Vila Bela, 17 de setembro de 1791 in: *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Documentos reunidos e prefaciado por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 349.

⁶⁹ AHU – Mato Grosso. d.1563 Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 12 de abril de 1790.

⁷⁰ AHU- Mato Grosso. d. 1542. Ofício de Luís de Albuquerque a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 8 de maio de 1789.

⁷¹ AHU – Mato Grosso. d. 1584. Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 2 de setembro de 1790.

um modo que se pareçam dignas de apresentarem a V. Ex...»⁷². Em outubro de 1791, iniciou-se o retorno da comitiva a Belém, de onde finalmente alcançaria Lisboa.

O desembarque em Lisboa tornou-se tema de uma carta ao governador do Pará que traduz com fidelidade o sistema de patronagem que ligava Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Logo ao chegar, o naturalista dirigiu-se ao secretário e procurou demonstrar a submissão de um fiel vassalo que durante nove anos padeceu de todo tipo de moléstia e privações, mesmo assim considerava-se faltoso e omissos na execução de seus serviços: «Aqui venho lhe disse eu, mais humilde e rasteiro que uma cobra, a receber o castigo das minhas omissões, recebeu me falou me de um modo que me confundiu. Mostrou compadecer-se dos meus trabalhos, a pareceu me menos surdo de que eu esperava que fosse, a orelha de um Ministro delgado»⁷³. A devotada conduta rendeu-lhe cargos e títulos. Porém, seus feitos não eram reconhecidos somente por meio dos ofícios trocados com o secretário e os governadores das capitanias.

Para alcançar o hábito da Ordem de Cristo e demais mercês, seus serviços e lealdades foram investigados durante os anos de 1784 e 1793. No reino e no ultramar, ouvidor, governadores, desembargadores, secretário de governo, secretário de Estado, cirurgião e Domenico Vandelli, entre eles alguns fidalgos e conselheiros da Rainha, atestaram que Ferreira conduzia-se com «muita honra e admirável procedimento e a melhor conduta, merecendo por ela a estimação geral de todos». Cumpria o que seus superiores lhe ordenassem e executava, com presteza, as instruções recomendadas desde Lisboa. Não bastava, portanto, cultivar a vassalagem e cega obediência aos governadores e secretário de Estado, pois o reconhecimento de seus serviços estavam inseridos em uma trama ainda mais complexa.

Entre esses testemunhos está Mathias José Ribeiro que era professo na Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Majestade, ouvidor geral e corregedor da Comarca e Estado do Pará e ainda provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos, intendente geral do comércio, agricultura e manufaturas das novas colônias dos índios e intendente da marinha e armazéns reais. Seus títulos e lugares lhe autorizavam prestar depoimento sobre os serviços do naturalista e emitir o seguinte parecer: «com muito trabalho e risco de vida e fazendo para a Corte freqüentes remessas de imensos produtos naturais extraídos e prontos pelo seu vigilante desvelo...». O ouvidor geral Mathias Ribeiro ainda acrescentou informações sobre sua boa inclinação e civilidade: «até o momento se tem conduzido com muita honra

⁷² AHU – Mato Grosso d. 1565. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. 16 de abril de 1790.

⁷³ MB, Ferreira Papers, maço 5 n. 10 Carta de Ferreira para Martinho de Sousa e Albuquerque. Lisboa, fevereiro de 1793. apud: William Simon. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983. nota 91 pp. 49-50.

e zelo do Real Serviço, tendo um gênio muito dócil e tratando a todos com muita civilidade, atenção e bom modo». Em Vila Bela, o cirurgião do governador João de Albuquerque, José Ferreira de Almeida, descreveu as graves moléstias que quase levaram o naturalista a morte, nos primeiros meses de 1790. Ao conhecer esse parecer, constata-se que o risco de vida era prova da fidelidade a seus superiores.

Inicialmente, estava enfermo de uma rebelde intermitência durante 26 dias, depois as febres mudaram para terças «de tão mau caráter que nenhum crescimento tinha de menos de doze horas, com um contínuo delírio». Devido ao trabalho e risco a que se expunha, sua melhora era retardada. Estava aos poucos a se recuperar, quando enfrentou campos alagados e tempo chuvoso na Serra de São Vicente, onde fora a mando do governador. Nessas paragens, o cirurgião Ferreira de Almeida, depois de chamado com urgência, encontrou o naturalista perigosamente enfermo: «... o achei lançado em uma Perniciosa [febre] que logo desde o seu princípio lhe atacou o cérebro, com perda de todos os sentidos, pelo espaços de cinco dias, que assim esteve, sendo os seus crescimentos, quase ligados uns com os outros, que alguns foram de trinta e seis horas, e tendo os pulsos ameadamente intercidentes, as extremidades convulsas e o rosto absolutamente desfigurado...»⁷⁴. Com esses sofrimentos, enfim, Ferreira acumulava honras e prestígios que resultariam em mercês.

Desde Coimbra, os estudantes luso-brasileiros vislumbravam cargos na administração, pretendiam servir ao rei em diferentes partes do império. Formados em leis, matemática ou filosofia natural, eles logo receberiam incumbências nos museus, na demarcações de fronteiras, na chefia de expedições científicas, nas câmaras coloniais ou no governo de capitânias. Somente a partir da inserção no Estado, eles poderiam exercer as funções para as quais receberam ensinamentos na universidade. A formação era, portanto, o primeiro degrau na mobilidade social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções.

Por seus serviços, Alexandre Rodrigues Ferreira tornou-se sócio de primeira classe na Academia das Ciências, em seguida recebeu a incumbência de ser vice-diretor do Museu de História Natural, Jardim Botânico e Laboratório de Química. Vieram ainda o cargo na Junta do Comércio, a custódia da Real Quinta de Queluz e Bemposta e a nomeação para ocupar a Alfândega do Maranhão⁷⁵. Durante a viagem, Ferreira exerceu apenas o ofício de naturalista e não se viu na contingência de exercer cargos na burocracia colonial como Feijó. No reino, porém, essa dedicação não teve continuidade, pois as demandas dos cargos e as solicitações para examinar espécies desviaram-no da pesquisa sobre as remessas enviadas da América.

⁷⁴ IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 55 proc. 71 cx. 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

⁷⁵ William Simon. pp. 50-58.

Suas coleções de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas permaneceram intocadas, assim como não adequou as memórias às normas científicas para serem publicadas. Essas funções o afastaram definitivamente dos afazeres próprios de naturalista e provocaram o abandono de suas investigações e escritos sobre a História Filosófica e Natural do Pará e demais capitânias percorridas, obras que ele tanto prometera a cada um de seus patronos. As tarefas burocráticas, os pedidos constantes para emitir pareceres e a debilidade física impossibilitaram-no de dar prosseguimento à carreira de naturalista.

Coincidência ou não, Ferreira teve seu período mais produtivo durante a viagem, ou antes de alcançar os títulos e os cargos almejados. Evidenciase, então, o emprego da História Natural como dom, serviço e crédito para futuras mercês. Depois de alcançar essas benesses, sua produtividade como naturalista entrou em processo de queda. A historiografia mais tradicional prefere explicar esse processo recorrendo às rivalidades entre o naturalista e Vandelli, ou mesmo à debilidade física e psicológica que impedia Ferreira de exercer seus ofícios. No entanto, entre as décadas de 1793 e 1808, ele executou múltiplas tarefas, mas não deu continuidade aos trabalhos iniciados durante a Viagem Filosófica. Respondia inúmeros pedidos de governadores, secretários e demais autoridades, interessados em compor cartografia da América, em identificar espécies e suas utilidades. Assim ele dava continuidade a costumeira prática de prestar vassalagem por meio de seu conhecimento de História Natural⁷⁶.

A Viagem Filosófica, conseqüentemente, não forneceu memórias e livros a um público mais amplo. Seus resultados permaneceram em manuscrito e foram publicados muito tempo depois da morte do naturalista. João da Silva Feijó não dispunha dos meios artificiais. Alcançou cargos modestos, mas teve seus trabalhos reconhecidos pela Academia das Ciências de Lisboa e deu continuidade a sua faina de naturalista e sargento-mor na longínqua capitania do Ceará. Ao contrário de Ferreira, teve seus trabalhos divulgados apesar de não dispor do apoio das instituições do reino. A trajetória de Ferreira permite duvidar da eficiência do Museu da Rainha e do Jardim Botânico da Ajuda, pois no âmbito desses instituições científicas a produção e a difusão do conhecimento não se efetivaram como pretendia o mestre Vandelli, em sua memória sobre o museu, sobretudo no caso de seu primeiro e maior naturalista.

⁷⁶ Sobre as tarefas executadas por Ferreira no mencionado período, ver: *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Op. cit. pp. 360-407.